

A GÊNESE DO PROGRAMA NACIONAL DE APROVEITAMENTO RACIONAL DE VÁRZEAS IRRIGÁVEIS (PROVÁRZEAS)¹

THE GENESIS OF THE NATIONAL PROGRAM FOR THE RATIONAL USE OF IRRIGABLE FLOODLANDS (PROVÁRZEAS)

Danieli Cristina de Souza Muzeka¹; Dimas de Oliveira Estevam².

¹Doutoranda em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense (PPGDS/Unesc) dcs@unesc.net

²Doutor em Sociologia Política; Docente do Curso de Graduação em Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense (PPGDS/Unesc) doe@unesc.net.

Grupo de Trabalho (GT): GT07. Desenvolvimento rural, territorial e regional

Resumo

O objetivo do artigo foi investigar o contexto da gênese do Programa Nacional para Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS) no Brasil. Para isso, a pesquisa caracteriza-se de cunho bibliográfico e documental de revisão narrativa. A análise indica que o projeto de desenvolvimento da agricultura a partir da década de 1970 condicionou a reorganização das áreas já ocupadas, a incorporação de novas áreas visando a geração de tecnologia pela recomendação de sistemas de produção sob irrigação, que derivou em 1981 um dos principais programas de crédito: Programa Nacional de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS). Constatou-se que as conjunturas que demarcam a gênese do PROVÁRZEAS, caracteriza-o como política pública pela materialização das perspectivas teóricas, políticas e normativas no que tange às concepções de desenvolvimento em vigor naquele período.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial. Regiões Irrigadas. PROVÁRZEAS.

Abstract

The objective of the article was to investigate the context of the genesis of the National Program for the Rational Use of Irrigated Floodplains (PROVÁRZEAS) in Brazil. To this end, the research is characterized by a bibliographic and documentary nature of narrative review. The analysis indicates that the agricultural development project from the 1970s onwards conditioned the reorganization of areas already occupied, the incorporation of new areas aimed at generating technology through the recommendation of production systems under irrigation, which in 1981 resulted in one of the main credit programs: National Program for the Rational Use of Irrigated Floodplains (PROVÁRZEAS). It was found that the circumstances that demarcate the genesis

¹ Este trabalho recebeu apoio da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

of PROVÁRZEAS characterize it as a public policy through the materialization of theoretical, political and normative perspectives regarding the development concepts in force at that period.

Key words: Territorial Development. Irrigated Regions. PROVÁRZEAS.

1. Introdução

As décadas de 1970 e 1980 foi um período profícuo de programas e projetos de intensificação do modelo produtivista da agricultura, construído através de um conjunto da política econômica a buscar a integração nacional pelo viés do desenvolvimento regional, sobretudo, com a visão intervencionista do uso dos recursos naturais.

O presente estudo parte do princípio de que as transformações nas realidades no espaço rural durante este período precisam ser analisadas para além das suas especificidades, ou seja, inseri-la na dimensão escalar, que inevitavelmente passará pelo diálogo do curso nacional de industrialização, urbanização e modernização da agricultura. Conjuntamente, pela atuação do Estado em eixos tidos como centrais, como foi a política de crédito, a adoção de medidas tecnológicas e delimitações territoriais propícias - notáveis - a receber este arranjo orçamentário, técnico e político.

No Brasil, o discurso propagado pela Revolução Verde, a qual estava pautada em mudanças nas formas de se fazer agricultura ao inserir o pacote tecnológico e adoção de novas técnicas agronômicas, materializou-se na década de 1970, a partir da intitulada “modernização da agricultura”. A qual em termos teóricos e empíricos ao longo das décadas sob as heterogeneidades das relações sociais, de produção e consumo se particulariza entre outras vertentes pela “modernização dolorosa” de José Graziano da Silva (1982) e pela “modernização desigual” de Wenceslau Gonçalves Neto (1991). Independente das titulações atribuídas a este processo, desempenhou-se e ainda se desempenham fortes modificações produtivas e descaracterizações no fazer-se agricultura. Visto, as inquestionáveis - mesmo que por vezes ignoradas - alterações nas estruturas sociais no e do campo pelas suas práticas mercantis priorizadas.

O contexto histórico entre o capital e a propriedade da terra da questão modernizante da agricultura e mais propriamente das dimensões teórico-políticas, representam as estratégias do Estado em prol de uma economia setorial urbano-industrial. As diretrizes estabelecidas a este certame, permite entre outros aspectos, destacar as normatizações quanto ao uso e gestão dos recursos naturais, em especial aos hídricos e a importância da irrigação no Brasil.

Tomando como referência a adoção por parte do Estado em um sistema de políticas públicas de crédito, assistência técnica, produção e transferência de tecnologias como uma expansão horizontal e estratégica (Sorj, 1998). Cria-se, na década de 1960, o Grupo de Estudos Integrados de Irrigação e Desenvolvimento Agrícola (GEIDA); seguido pela Política Nacional de Irrigação (1979), que se desmembrou em distintas ações infraestruturais no território nacional, de cunho central a instalação de projetos públicos irrigados em áreas reconhecidas aos interesses do Estado como agricultáveis (Souza, 2021). A reorganização de áreas já ocupadas, a incorporação de novas áreas visando a geração de tecnologia pela recomendação de sistemas de produção sob irrigação, derivou um dos principais programas especiais de crédito a expansão de perímetros irrigados: o Programa Nacional de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS).

A conjuntura política e econômica do país deflagrou a modernização na agricultura brasileira pela racionalidade técnica-científica a condicionar as populações rurais a

especialização e incorporação de pacotes tecnológicos, movimento que durante o século XX se materializou nacionalmente pelo PROVÁRZEAS (Estevam, Biz, Salvaro; 2016).

Este programa evidencia a intenção do governo de promover a produtividade de alimentos através da expansão da fronteira agrícola, como vinha ocorrendo tradicionalmente no Brasil. Na dimensionalidade que os fundos de crédito destinado, estariam sendo disposto a determinadas regiões e áreas demarcadas pelo poder público em cada estado, prevendo desde as obras necessárias para a sistematização das várzeas, mas, também aquisições de máquinas e implementos agrícolas essenciais a irrigação, drenagem e saneamento rural (Instituto de Economia Agrícola, 1981).

O PROVÁRZEAS nacional desde a sua origem tem como princípio o seu desenvolvimento em consonância com outros programas e projetos de apoio ao desenvolvimento rural. Em termos normativos, tem como finalidade aproveitar de modo “racional e gradativo” áreas de várzeas, com suporte técnico, financeiro e administrativo, com “prioridade ao atendimento dos minis e pequenos produtores localizados, preferencialmente, em áreas com infraestrutura básica já implantada” (Brasil, 1981).

Este Programa era parte integrante do modelo desenvolvimentista da época, ancorado a quesitos de produção e produtividade; aspectos econômicos a criação de mercados; articulação regional, ao longo das décadas tiveram suas transformações entre preceitos fundantes e exequíveis. Os quais, combinam-se e têm seus pilares em políticas agrícolas intencionais e propositivas, frente às concepções e agendas ao desenvolvimento em cada período e espaço. E que, em tese, conjuga-se a um intuito básico em demonstrar principalmente que a atuação do Estado tem um sentido estruturalmente direcionado a reprodução e a acumulação do capital.

Ademais, cabe considerar que as convergências e ou contradições sobre essa temática, permitem provocar o ponto central de discussão deste estudo: investigar em perspectiva histórica o contexto da gênese do Programa Nacional para Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS) no Brasil. Um programa de escala nacional, com direcionamentos de cunho territorial em que abrange uma dimensão de produção econômica que infere na dinâmica sociopolítica deste espaço. Após anos da sua criação (1981), tornando-se fomentado por um caráter regionalizado tende a revelar as dicotomias de sistemas produtivos viáveis aos aspectos econômicos e sensíveis a inclusão produtiva e as diretrizes sustentáveis.

Diante do exposto, o presente artigo objetiva contrastar a relação Estado e agricultura à luz da análise dos modelos de desenvolvimento que levaram a criação do PROVÁRZEAS em 1981. Nesse sentido, a pesquisa caracteriza-se de cunho bibliográfico e documental de revisão narrativa (Deslauriers; Kérisit, 2008; UNESP, 2015), no que tange aos pressupostos teóricos é essencial considerar que: a) regiões irrigadas representam intenções de desenvolvimento em diferentes escalas (local, regional e nacional) e dimensões (sociais, econômicas e políticas); b) desenvolvimento não é sinônimo de crescimento; c) desenvolvimento territorial dialoga com relações sociopolíticas e produtivas.

A este processo, considerado de transformação estrutural, o texto visa traçar uma compreensão do geral para o particular, sobretudo da trajetória da concepção deste programa. De modo a estar estruturado em quatro seções, ao incluir esta introdução. Na segunda seção, far-se-á uma apresentação das relações de Estado e agricultura constituído sobretudo entre as décadas de 1970 e 1980. Seguido pelas conjunturas decorrentes que suscitaram em 1981 a institucionalização do Programa Nacional de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS Nacional). Por fim, na quarta seção, as considerações finais e reflexões sobre as perspectivas de desenvolvimento do período.

2 A CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E A IMBRICAÇÃO DE PROCESSOS À MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

As teorias, os modelos e os problemas sobre o desenvolvimento no Brasil se entrelaçam com as dimensões da política econômica, com as questões regionais e indubitavelmente, com a necessidade do planejamento estatal, o qual, ao estar presente nas relações políticas e das atividades econômicas, representa um caminho para as transformações regionais e integração nacional.

Em virtude das desigualdades e disparidades regionais no âmbito econômico, social e de infraestrutura, se faz necessário que o planejamento esteja como um eixo norteador para as diretrizes de ações em diferentes esferas (federal, estadual e municipal), sendo um balizador para refletir políticas públicas - setoriais, territoriais e socioeconômicas - de desenvolvimento regional. Para que de fato o sistema de planejamento seja interpretado nas distintas instâncias, é fundamental compreender a construção sociopolítica e econômica estabelecida, visualizar o panorama das complexas transformações estruturais. Para tal, os recortes históricos contextualizados manifestam a organização política administrativa do Estado. Trata-se de identificar quais influências estavam presentes sobre o que era estratégico para o país, interferindo nas ações estatais frente às distintas realidades regionais.

Entendemos que o conceito de desenvolvimento está moldado em seu período e contexto inserido, inseparavelmente dos fatores intrínsecos da sociedade, da política e da economia de determinado espaço. Ainda, o conjunto de fatores para as reestruturações necessárias pauta-se em articulações não apenas de cunho econômico, mas também político. Ademais, a concepção de desenvolvimento está atrelada à base de planejamento pela estrutura social e pela atuação na formulação e consolidação de políticas (Furtado, 1975, 1992).

Estas articulações são inferidas pelas decisões administrativas de governo, construídas nas relações internas, com os poderes regionais, e externas, com influências dependentes e relacionais, que direcionam o nível de estabilidade política e econômica do país e revelam as intencionalidades ao desenvolvimento das estratégias empregadas.

Sem ter intuito de explorar todas as diretrizes e proposições políticas e administrativas do que se trata as multidimensionalidades das relações de Estado e agricultura em um território tão extenso e plural como do Brasil, a centralidade é procurar compor alguns fragmentos do quadro político e econômico que compuseram as intenções do Estado ao setor agrícola e aos polos agroindustriais formados a partir da década de 1970 até proceder a gênese do Programa Nacional de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS) no Brasil.

Reiterando assim, a escolha do recorte temporal, em primeiro plano como citado anteriormente, demarca pelo auge ao impulso ao processo de modernização agrícola, somado à íntima relação em materializar um projeto do Estado a este objetivo por meio dos planos de desenvolvimento. De tal modo, a derivar do campo das intenções, articulações e condições orçamentárias - do ideário ao material e concreto - para viabilizar o planejamento, dentro da programação de desenvolvimento setorial do Estado e suas contradições quanto à inclusão social e produtiva.

As reais evidências do período traçaram um quadro de pobreza das populações rurais, a deficiência na estrutura agrária e uso da terra, culminando na dualidade de um atraso mediante a pobreza e uma modernização das bases capitalistas no aprimoramento tecnológico, promoviam distorções entre os setores (agrícola e industrial) (Furtado, 1978). A possibilidade de expansão da produção de alimentos concomitantemente a elevação da escala do processo de industrialização, haja visto, que a inserção das demandas do setor agrícola (fabricação de máquinas e equipamentos, fertilizantes, defensivos...) ainda era incipiente na indústria, impõe-se às necessidades de progresso da sociedade brasileira.

Pela relação capitalista em prol do desenvolvimento, onde a inserção do campo nessa conjuntura estruturante é a própria industrialização da agricultura (Silva, 1982). A política

agrícola deliberada no período tem em seu cerne cuja questões revelam a ausência de um conflito estrutural entre agricultura e indústria no país, sobretudo a, “[...] manter inalteradas as formas de acumulação dominantes na sociedade, compatibilizando interesses díspares de setores que lutam pelo controle dos principais fatores econômicos (Neto, 1997, p. 122). Promove, portanto, uma modernização de reestruturação produtiva e de equívocos analíticos quanto às concepções uni-temporais da diversidade e dos ritmos sob as vivências das estruturas sociais (Martins, 2014).

Para Furtado (1978), a política que o Estado empreende como instrumentadora de determinado projeto de transformação nas sociedades industriais está a fomentar o progresso e a inovação com princípios a acumulação, desta maneira a dinâmica das práticas mercantis. Em que, “[...] a acumulação é apenas o vetor que permite, mediante a inovação, introduzir as modificações no sistema de produção e nas estruturas sociais que chamamos de desenvolvimento” (Furtado, 1978, p.54). Prioriza-se a dependência estrutural sobre o nível de padrões de consumo, grau de sofisticação das técnicas produtivas e intensidade de acumulação alcançada.

A premissa desenvolvimentista, intensifica a intervenção estatal à estrutura de planejamento centralizado com objetivos claros para o crescimento econômico e expansão industrial concomitantemente a modernização do sistema produtivo agrícola. Consistia-se, em proposta planejada, de viabilidade socioeconômica dentro das estratégias nacionais do processo de regionalização, em expressividade ao território e suas frações regionais e a política econômica.

A esta proposta de desenvolvimento articulou-se a formalização técnica e política, pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), os quais percorriam por eixos geopolíticos, arranjos produtivos e a constituição de infraestrutura centralizada. Com a implementação de um “modelo” de desenvolvimento setorial, a exemplo do desenvolvimento agropecuário, agroindustrial com abordagens a integração regional.

E aqui cabe, considerar o que Hirschman, traz na essência do seu trabalho: um caráter relacional entre o que ele intitula de efeitos de polarização no interior ou entre o centro capitalista e a periferia subdesenvolvida, a partir das circunstâncias reais de cada um, para o “sucesso da ação empreendida, bem como pela desigualdade dos ritmos de desenvolvimento [...]” (Hirschman, 1986, p. 74). Dessa maneira, trata da estratégia e do desafio na decisão de implementação de políticas de desenvolvimento que podem sustentar ou minimizar este processo de desenvolvimento desigual, perante a capacidade de investimentos e o retorno desigual em torno da busca da equidade nacional.

Considerando as disparidades de condições básicas e ritmos de acontecimentos distintos de cada lugar, em países subdesenvolvidos ou no âmbito inter-regional, torna-se mais desigual e complexa estas relações e decisões.

É nesse contexto de possibilidades de reações análogas que para Prebisch (1964) a conjuntura e conceito de desenvolvimento está alinhado às condições de progresso técnico que não apenas reproduz os elementos econômicos, mas estes influem na estrutura social. Visto, que [...] a penetração acelerada da técnica exige e traz consigo transformações radicais: transformações na forma de produzir na estrutura da economia, que não se poderiam realizar com eficácia sem modificar fundamentalmente a estrutura social (Prebisch, 1964, p. 12).

No caso brasileiro e na dimensão que se encontrava, o centro estava sobre a lógica dos pólos urbano-industriais e a periferia sob o contexto da agricultura e de atividades em setores considerados dependentes, que visavam estimulações à modernização e à tecnologia implementadas, sobretudo, ao setor agropecuário, visto como atrasado, mas com potencialidade às demandas de cunho econômico e na construção de uma independência de sistemas alimentares no território nacional.

As dinâmicas e a intensidade das transformações são distintos no centro e na periferia, o que torna uma “tendência latente para o desequilíbrio, que se torna mais aguda com a intensificação do desenvolvimento econômico” (Prebisch, 1964, p. 15). Por isso, o autor aponta que o processo de industrialização periférica é um movimento “sincrônico” entre as forças políticas, as estruturas sociais e as condições econômicas.

O autor traz a questão fundamental da racionalidade técnica administrativa, juntamente à interpretação da realidade no processo de planejamento, como precondições para a reestruturação das estruturas sociais, sob deliberação do Estado na clareza das condicionantes políticas para a efetividade ou fracasso do projeto de desenvolvimento.

No entanto, o progresso técnico não se reproduz em grau e ritmos iguais, os quais representam de modo desigual o alcance de condições minimamente dignas à população. Considerando que a industrialização por si só não seria capaz de superar o subdesenvolvimento, e mesmo estando oriundo do processo histórico e dentro de uma estrutura de dependência, é preciso reconhecer a existência relativa da autonomia dos sujeitos a mudança.

Ao tratarmos do território brasileiro, o desafio estava em romper com propostas duais sob a ótica da industrialização e das reformas fundiárias, sobretudo, ao movimento simultâneo que vinha se transformando em que as fronteiras agrícolas se aproximavam dos centros tidos como urbanos industriais e essa urbanização crescente da população anteriormente dedicada às atividades agropecuárias vinha a evidenciar o problema da desigualdade e da injustiça social. Portanto, o estabelecimento de programas setoriais que envolvessem os polos agroindustriais, demarcava a dimensionalidade de fronteira agrícola que beneficiava o Estado, a implicar em transformações nas tecnologias e práticas de trabalho, e no setor agrário se constituindo em um novo campo de valorização para a indústria.

Para José Francisco Graziano da Silva ao transformar a agricultura em uma indústria pela sua demanda de insumos, adubos, máquinas e equipamentos tanto a intensificar a produtividade em áreas já ocupadas ou ainda a incorporação de novas áreas, a industrialização promove e intensifica a criação de mercado a este processo necessitava a ampliação da fronteira agrícola, a qual resulta naquilo que o autor cunhou de “modernização dolorosa”.

Onde as condições que o Estado oferta de apoio à acumulação - competitividade capitalista - são substanciais a sustentar a hegemonia política. Em que são criados e recriados os cenários do modo de produção. No que diz respeito a estas estratégias, deriva-se ao longo do processo os agravamentos – crises – estruturais da humanidade e dos recursos naturais (Matias e Mascarenhas, 2013).

Os estudos de Wenceslau Gonçalves Neto (1997), nas estruturas que pautaram o curso da modernização econômica brasileira, demonstram que a todo tempo o Estado buscava estabelecer pontos de sustentação a seu projeto modernizante, a caracterizar a “modernização desigual”. Para o autor, privilegiar o crédito rural como instrumento fundamental de uma política agrícola que impulsiona a transformação da base técnica rural, cumpriu o propósito de metas produtivas e disseminação de insumos e operacionalização para modernizar o segmento. Contudo, “fez a um alto custo e sem contribuir para a diminuição dos níveis de pobreza da população rural e sem conseguir evitar profundas distorções na distribuição de subsídios entre os produtores” (Neto, 1997, p. 233).

Ao compreender como um projeto dominante instituído e não um fenômeno espontâneo, as teorias deslumbradas pelo progresso, avanços tecnológicos e expansões de terras agricultáveis, revelam a “ideologia modernizante” (Martins, 2014), derivam uma “narrativa modernizante e excludente” perante a diferenciação social (Abramovay, 2007).

A esta reflexão, perpassa alguns entendimentos entre os processos históricos quanto às políticas vinculada ao espaço rural que reverberam os processos de formação da sociedade e Estado, os quais, Cátia Grisa (2010) aponta como postulado teórico a superação do

neomarxismo pelo neoinstitucionalismo histórico. Que no caso brasileiro as transições e transformações da agricultura que designou a sua modernização, desvela assimetrias e assim, relações desiguais de acesso às principais políticas agrícolas designadas.

A corroborar com esta integração teórica e empírica, Geraldo Muller (1989) constata em suas investigações do “Complexo agroindustrial e a modernização agrária” o predomínio de beneficiários - grupos sociais - organizados e/ou com certa segurança econômica pela sua atual inserção ao mercado, com a expectativa favorável de capacidade de aumento da sua produtividade. Impulsionando - impondo - o caráter de homogeneização social inexistente, em prol da incorporação sociopolítica e econômica da modernização agrária pela mudança predominante de se produzir.

Ao preconizar os planos e ações setoriais de desenvolvimento, com ênfase no mercado interno e na expansão das exportações, sustentou-se os objetivos ao crescimento da agricultura tendo entre outras estratégias, a implementação e consolidação de programas hídricos e agroindustriais no território nacional. Repercute a estrutura construída e ancorada em distintas bases estruturantes – econômica, política, técnica normativa – ao mesmo movimento que se justapõe por sua vez outras estruturas – sociais, culturais, políticas e econômicas – em dimensões escalares, tidas como inseridas ao projeto modernizante de desenvolvimento.

3 CONJUNTURAS QUE SUSCITARAM A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE APROVEITAMENTO RACIONAL DE VÁRZEAS IRRIGÁVEIS (PROVÁRZEASS)

A análise do quadro teórico deste texto, ancorada nas perspectivas históricas das transformações da sociedade frente às intencionalidades de sujeitos os quais possuem certas autonomias relativas e pregam a remodelagem de uma política agrícola a modernização econômica brasileira. Revelam as múltiplas dimensões e conjunturas, assim como as limitações em estabelecer as interações inerentes à sociedade em tratar elementos econômicos e não econômicos, tanto para superar o subdesenvolvimento, ou para um projeto nacional de desenvolvimento (Furtado, 1975, 1992).

E assim, demarca o cenário estabelecido que “[...] todo o desenvolvimento possui um conteúdo, uma dimensão substantiva, instilados pelos objetivos da vida social, vale dizer, pelos grupos sociais que se apropriam do excedente e exercem as opções implícitas na utilização deste” (Furtado, 1978, p.70).

No entanto, a estes princípios locados até o momento, não estavam postos os elementos envoltos do processo histórico que constituem a territorialização, os quais caracterizam-se um caráter dinâmico que incluem os sujeitos e suas relações para além das margens e das dimensões setoriais (Moraes, 1999). Contudo, neste artigo, quando ao tratar-se de “estruturas” atribui-se o sentido e significado, as quais são condicionadas e constituídas pela integração das relações sociopolíticas e pelas forças produtivas em determinado território.

No que tange, a implementação e gestão da agricultura irrigada considera-se que os projetos públicos de irrigação, enquanto política pública, parte do objetivo de promover a viabilidade em áreas tidas como agricultáveis já ocupadas e/ou ainda inexploradas, em prol ao desenvolvimento de regiões economicamente desfavorecidas no avanço a fronteira tecnológica e setorial no país.

As mudanças decorrentes dos aspectos econômicos e tecnológicos são interfaces ao fluxo circular de rupturas e continuidades em torno das estruturas sociais, políticas e institucionais que constitui a dinâmica – não linear - do desenvolvimento em determinado contexto de espaço e período.

A espacialidade da política de integração nacional ao desenvolvimento regional estava balizada pela atuação das superintendências de desenvolvimento, por programas como o Programa de Integração Nacional (PIN), que originalmente impulsionou outras ações setoriais em diferentes esferas. Com referência ao avanço tecnológico em primeira instância pela adaptação tecnológica importada empregou a consecução de parcerias com empresas privadas nacionais e organismos internacionais a viabilidade do projeto Nação-Potência (Muzeka, Estevam, 2022).

Alinhando-se aos interesses em conter os fluxos migratórios às regiões urbanas industriais que vinham se formando e a necessidade de impulsionar a produção de alimentos para abastecimento interno, inicia-se em nível regional, sobre supervisão da esfera federal, o diagnóstico e constituição de pólos agroindustriais em áreas com características fundiárias e socioeconômicas singulares ao Estado.

Tendo o setor agropecuário, entre outras possibilidades, “a expansão de sua fronteira, em áreas ainda inexploradas do território nacional e aumento de produtividade nas exploradas, mediante a aplicação de tecnologia avançada e insumos básicos” (Ministério do interior, 1977, n.p). Empregou-se ações à luz da “recuperação” de áreas por sistema de drenagem e irrigação, tornando-se agricultáveis. Que adentrando na conjuntura do período, tratava-se de uma sólida base das estratégias de desenvolvimento que vigorava em torno do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1976), o qual previa a consolidação até o final da década do “pragmatismo reformista, nos campos econômico e social, principalmente com relação à agropecuária (Brasil, 1974, p. 34).

Para tal, dava-se a viabilidade de áreas que utilizassem de tecnologias agropecuárias com núcleos de empresas governamentais, como as de assistência e extensão rural vinculadas ao Ministério da Agricultura, que difundia nas regiões brasileiras um caráter de pesquisa e de extensão emergente ao modelo ideal de modernização agropecuária que deslumbrava no período (Souza, 2021).

Para tal, constitui-se o Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA), que por meio da Portaria nº179, de junho de 1978, institui o “Regulamento geral para operação, conservação e manutenção da infraestrutura da irrigação, drenagem e proteção das terras compreendidas nos perímetros irrigados”. O qual caberia a estruturação federativa conjuntamente a outras instituições para obras e a integração via assistência técnica e extensão rural, orientando os agricultores para as atividades do sistema de irrigação e implementação da organização social via cooperativa (Muzeka, Estevam; 2022).

O GEIDA estava vinculado como equipe técnica administrativa a promover a Política Nacional de Irrigação que tinha entre suas premissas “a atuação principal ou supletiva do Poder Público na elaboração, financiamento, execução, operação, fiscalização e acompanhamento de projetos de irrigação” (BRASIL, 1979a; 1979b).

A considerar a extensão territorial do país e o avanço das fronteiras agrícolas, as regiões buscavam alinhar suas produções internas às cadeias agroindustriais estabelecidas e/ou destinadas ao mercado internacional. A conjuntura política e econômica vigorante, a qual assumia uma postura conjuntamente com a extensão rural de incentivar as práticas tecnológicas e científicas a modernização da agricultura, somados ao discurso do abastecimento interno de alimentos, do controle dos fluxos migratórios e da promoção da industrialização, que dar-se-á o entendimento neste trabalho, da estratégia de gênese, expansão e continuidade do PROVÁRZEAS como política pública.

A primeira experiência de várzeas irrigáveis ao processo produtivo, ocorreu em 1975, no Estado de Minas Gerais, derivando de pesquisa e extensão agrícola por experimentações em campo, com resultados positivos aos rendimentos em culturas como: arroz, trigo, aveia,

olerícolas e feijão. E assim, favoreceram o movimento de implementação em nível nacional a partir do decreto nº 86.146, de 23 de junho de 1981.

O PROVÁRZEAS Nacional, ao ser lançado, visava o aproveitamento racional e intensivo de áreas de várzeas a serem destinadas ao cultivo de produtos alimentícios. A atribuição do programa estava desde a seleção das áreas, que se dava pelo incentivo via assistência técnica e extensão rural aos produtores e se dividia em modalidades de preparo e/ou recuperação das áreas. Visando operacionalizar o processo produtivo em termos de saneamento agrícola, drenagem, irrigação e drenagem, e, amparo até a comercialização (Brasil, 1983).

Ademais, ao abranger o âmbito nacional, enquadrava-se em um programa integrado ao desenvolvimento regional da produção agropecuária com parcerias entre instituições estaduais e federais (Brasil, 1983; Várzeas, 1980). E que ao visar construir uma atuação a partir das características regionais, agrupou-se no pacote de crédito agrário o Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (PROFIR), institucionalizado apenas 1982, pelo decreto nº 86.912 e revogado em 1991.

Tanto o PROVÁRZEAS como o PROFIR, eram considerados como programas de fomento e incentivo à agricultura por linhas de créditos específicas. Ambos tinham suas premissas de aumentar a produção e produtividade através do financiamento a aquisição e implantação de sistemas hídricos no campo, especialmente, irrigação e drenagem (Instituto de Economia Agrícola, 1981). Para subsidiar a capacitação técnica e operacional do ciclo produtivo proposto a região e propriedade, o suporte técnico estava ancorado às agências de desenvolvimento agrário dos Estados e os núcleos de pesquisa e extensão da União com parceria internacional.

Cabe ressaltar que aos órgãos públicos, o PROVÁRZEAS se diferencia de outros programas regionais de irrigação conduzidos por instituições como Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco do Parnaíba (CODEVASF), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), em diversos aspectos. No caso do PROVÁRZEAS, o produtor beneficiado arca com os investimentos feitos na sua propriedade. Que aos olhos dos entes públicos no período de sua implementação e expansão (1981-1986) era considerado “barato para a sociedade”, com um “custo médio do hectare implantado, em torno de US\$ 600/ha” (Ministério da Agricultura, 1987). Já os demais programas referenciados, o Estado estaria como interventor direto com a garantia de fornecimento de infraestrutura e sistematização dos sistemas de saneamento, irrigação e drenagem.

Há de se destacar, que os projetos de irrigação no período de institucionalização do PROVÁRZEAS estavam em ascensão no território nacional, sobretudo ao vinculá-los a Política Nacional de Irrigação e aos investimentos setoriais a construção dos polos agroalimentares e agroindustriais inseridos nos programas regionais ao desenvolvimento pela integração nacional.

O primeiro relatório emitido contendo as áreas² incorporadas pelo PROVÁRZEAS Nacional, no período de 1981 a 1986 demonstram 42.330 projetos executados, resultando em 591.283 hectares de várzeas com drenadas e/ou com dupla função: drenagem e irrigação. Especificamente, em 1986, foram executados 8.676 projetos, incorporando uma área de

² Cabe como sugestão de aprofundamento neste estudo, analisar a área dos primeiros projetos do PROVÁRZEAS Nacional, aos pólos de desenvolvimento agroindustriais fomentados pelas superintendências regionais. Visto a hipóteses destes projetos, mesmo sendo reconhecidos pelo Estado como diferentes, estarem tendo correlações de fomento técnico, financeiro e operacional, demarcando ainda mais o viés do processo de modernização da agricultura ao capital, e assim, excluindo determinados grupos sociais, de produção e de consumo do contexto rural.

120.098 hectares, com média de 13,8 hectares³ por projetos. Ainda durante o ano de 1986, ao estratificar os dados por regiões observa-se a Região Sudeste como o maior executor do programa com 4.763 projetos incorporando 53.754 hectares, com destaque ao Estado de Minas Gerais, com mais de 3.000 projetos e 42.000 hectares implantados. Em segundo lugar, a região Sul com 42.720 hectares, sendo que somente o Estado do Rio Grande do Sul, incorporou 30.730 hectares, no total de 483 projetos. Seguiram-se as regiões Centro-Oeste com 12.603 hectares, Nordeste com 10.125 hectares e Norte com 888 hectares (Ministério da Agricultura, 1987)

Mantendo o padrão de dependência dos recursos para financiamento aos produtores, e ao custo operacional do PROVÁRZEAS e PROFIR, prevaleceu o caráter de parcerias externas, tanto na dimensão orçamentária como técnica. Em 1986 foram destinados 2,16 bilhões de cruzados por programa. Deste montante, ao PROVÁRZEAS foram 122 milhões de cruzados provenientes do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do banco de investimento e desenvolvimento estatal alemão (KFW). E outros 722 milhões cruzados provenientes do Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina (OECF) com o governo japonês, ao PROFIR.

Ainda no que tange às parcerias institucionais estrangeiras a difusão dos pacotes tecnológicos, mas sobretudo do conhecimento destas tecnologias, inferiu-se como padrão de linhas de pesquisas prioritárias com base na adoção de classificação das terras para irrigação semelhante ao do U.S. Bureau of Reclamation⁴. Aos quesitos de canais de dupla função como de irrigação e drenagem com enfoque em produtos hortifrutigranjeiros, além de produção destinadas à ampliação das áreas de arroz, trigo e feijão. E ou ainda ao que cabe os projetos de saneamento, criou-se convênios com instituições de ensino como as universidades e de fomento agrícola como os centros de experimentações estaduais, para projetos de pesquisa parcialmente custeados pelo PROVÁRZEAS e pelo PROFIR.

Neste mesmo período, acontece um movimento o qual, cabe breve menção, a considerá-lo dicotômico na conjuntura das ações do governo quanto a implementação dos supracitados projetos e programas de irrigação, drenagem e saneamento rural. Que se trata das diretrizes que institui a Política Nacional do Meio Ambiente. Não temos a pretensão de estar sugerindo que a mesma não haveria de existir, pelo contrário, trata-se de um elemento singular e indispensável no campo do uso e ocupação do solo, das águas e do bioma, e que deve sim, ser regrada e regulamentada pelo Estado. Contudo, os modos operantes de alguns preceitos que estão vinculadas na lei nº 6.938 promulgada em 31 de agosto de 1981 é contraditória as ações do Estado vigentes na perspectiva histórica até aqui traçada, a somar-se da sua institucionalização no mesmo ano da política agrícola do PROVÁRZEAS, a qual tem como uso central os recursos naturais.

Dois artigos da lei, cabe destaque: o Art 4º inciso “I - à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico” (Brasil, 1981b), o qual revela a “compatibilização” em primeiro grau com o caráter econômico seguido do social e o Art 2º que entre seus incisos apontam o incentivo de tecnologias orientadas ao uso racional e proteção dos recursos ambientais, recuperação e proteção de áreas ameaçadas de degradação (Brasil, 1981b).

Não é objeto deste estudo, mas por tratar-se das conjunturas que suscitaram o PROVÁRZEAS Nacional, e ao considerar que o Programa está intimamente ligado à

³ Observa-se que dependendo da classe do solo e do módulo rural da região, 13,8 hectares trata-se de propriedades de média a grande porte, situação que cabe avaliar frente às realidades regionais e aplicabilidade do programa em determinados cultivos.

⁴ Trata-se de uma organização que exerce trabalhos técnicos – barragens, centrais elétricas, canais hídricos para a agricultura e consumo humano e animal, com o viés de desenvolver e proteger a água e os recursos relacionados no interesse do público americano. Atualmente (2024) é a maior atacadista de água do país.

exploração dos recursos naturais, e a naturalização da alteração da paisagem territorial considera-se relevante, ao menos explanar alguns manifestos desta Política do Meio Ambiente (PNMA). Contudo, ressalta-se interesse econômico sobressaindo sobre os demais, sobretudo os referentes as questões ambientais. E assim, o interesse hegemônico da modernização da agricultura, se reflete em problemáticas multidimensionais, tanto do PROVÁRZEAS como da PNMA - e seus impactos em determinados contextos rurais.

A título de exemplificação, o PROVÁRZEAS está presente em toda a extensão nacional de modo que vigore com a intencionalidade de “garantir” a produção agrícola pelos seus preceitos técnicos de viabilidade. Estudos revelam que a exequibilidade do Programa ocasionou transformações na cadeia produtiva da rizicultura no país, ao nível de fazer o Brasil referência na produção de arroz em escala mundial (Estevam, Biz, Salvaro; 2016). O Estado de Santa Catarina, que está entre os principais produtores de arroz do Brasil, o desenvolvimento do PROVÁRZEAS especialmente na região do extremo sul Catarinense, além de propiciar mudanças econômicas e produtivas pelo aumento na qualidade e produtividade, infere nos aspectos culturais das famílias agricultoras e a uma insustentabilidade ambiental decorrente da modificação da paisagem (Presa, 2018).

A autora supracita, no decorrer do seu estudo, entre outros elementos, problematiza dentro do seu território de análise, sobre o que de fato se relaciona com os níveis de desenvolvimento extensivo e intensivo do Programa, frente ao não uso apenas de terras propícias às várzeas. Em outros termos, assim, como também aponta Graziano da Silva (1982) certas determinações, os interesses condicionam e justificam a criação e adaptação de novas áreas e, portanto, a incorporação destas à fronteira agrícola.

Questão que desencadeia a prudência ao examinar trajetórias de transformações - social, territorial, produtiva - cultivadas pela propensão rumo aos agregados tecnológicos, que conduzem a diferentes formas de legitimar o uso, apropriação e exploração do ecossistema, por arranjos institucionais como das obras hidráulicas de irrigação, drenagem e saneamento decorrentes dos projetos, programas e políticas públicas a estas perspectivas de desenvolvimento.

Para este salto, reconhece-se que se trata de um projeto político, de presença e ação dos sujeitos sociopolíticos para além dos padrões da mercantilização. Constituindo uma dinâmica específica de territórios entre estruturas hegemônicas e heterogêneas de reprodução social. É a visibilidade das formas e reformas de sobrevivência, produção e distribuição no e do campo. Geridas com autonomia relativa de produção e trabalho. Que resistem sob a ênfase do empresário rural e se ressignifica sob o campo como autárquico. Coexistindo assim, distintas “formas de integração”⁵. Neste processo, é singular criar mecanismos articulados entre instâncias de Estado e sociedade civil a geração de economias integradas e redistribuição.

Não tecendo a ingenuidade e audácia em sintetizar as concepções utilizadas nesta pesquisa, os quais por vezes apresentam perspectivas dicotômicas, mas em seus núcleos predominam suas convergências. Em suma, o aporte teórico traçado corrobora que no que se almeja de efetividades destas possibilidades de desenvolvimento, este não ocorrerá limitante aos mecanismos de mercado criados pelos blocos hegemônicos. Mas sim, pelo fomento, estruturação de políticas públicas para além das políticas agrícolas, pela reorganização da base das estruturas sociais de troca e distribuição, do reconhecimento das consequências crescentes do Brasil na divisão internacional do trabalho do papel e reflexo do modo de atuação do Estado.

Em outros termos, que as disputas da acumulação e dos excedentes gerados pelo sistema produtivo, ultrapassem as necessidades do meio de produção, isto é, incorpore as diferentes

⁵ Categoria de Karl Polanyi.

esferas da existência (econômico, político, social, ambiental e cultural) e a consciência do constituído e do condicionado na reestruturação funcional do espaço.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática do governo brasileiro ao enquadrar suas ações ao pacote tecnológico como da Revolução Verde e outros delineamentos na estrutura produtiva ao avanço do processo e/ou ainda progresso de modos de acumulação econômica, que entre outros fatores, são determinantes a (re)estruturação social e política, esteve vinculado aos mecanismos que procuravam responder os desafios de um país que visava a industrialização dos setores predominantes.

Por sua vez, entre as ações de governabilidade que derivaram o alcance e o processo de formação de políticas ao setor agrário no período referenciado, constatam a funcionalidade da agricultura perante a preeminência econômica e política, e assim o papel do Estado e de seus mecanismos. E no que diz respeito à política agrícola centrada na expansão da agricultura moderna, com acesso ao crédito em prol da mecanização, da aquisição de insumos capazes de alterar o modelo vigente, sucedia condições por um conjunto de elementos articulados que levariam a atender os requisitos de produção e produtividade ao mercado.

Frente a estes pressupostos, pensar o PROVÁRZEAS Nacional, “somente” como mais um Programa, e “apenas” como uma política agrícola, é negar a existência das relações transescalares que o originaram e o consolidaram ao longo das décadas. Haja visto, que o caracterizar como política agrícola é também, inseri-lo como política pública de desenvolvimento, perante a conjuntura que moldada ao seu tempo e espaço, permaneceu. Em síntese, é reconhecê-lo como uma materialização das perspectivas empíricas, teóricas, políticas e normativas no que tange às concepções de desenvolvimento ao Estado, as quais são regidas por intencionalidades que sustentam o capital e o desenvolvimento a quem convêm.

Destarte, o estudo deflagrado traçou um panorama sobre as múltiplas conjunturas que deram origem ao PROVÁRZEAS em termos de concepção. Contudo, em outras investigações, se possa avançar, além aos objetivos aqui propostos na sua temporalidade, a exemplificar: a) contrastar as antagônicas características do modo político e econômico operante naquele período estudado (1970/1980) e o período da redemocratização, e suas derivações ao PROVÁRZEAS; b) avaliar a dinâmica escalar da produtividade (produção de commodities) e sua relação com o uso “racional” do solo em determinados territórios; e, c) analisar a diversidade de territorialização vinculadas a exequibilidade do programa em nível nacional.

Cabe ainda, como reflexão ultrapassar a centralidade teórica e analítica que ainda prevalece atribuída a lógica do mercado, a lógica modernizante que compõe o cerne das políticas de desenvolvimento rural institucionalizadas pelo Estado. Em outros termos: que o Estado tenha visibilidade e apropriação das diversas outras formas de coexistências no/do campo e que precisam ser reafirmadas por políticas públicas para além da lógica desenvolvimentista hegemônica. Contudo, a este diálogo, não foi possível avançar no presente artigo, como a discussão que adentre ao processo de democracia econômica e política, a compreensão das dinâmicas sociais, culturais e produtivas do espaço rural, e, que em certa medida, significa equalizar questões para o desenvolvimento com interesses distintos frente.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3^a ed., São Paulo, EDUSP, 2007.

BRASIL. II Plano Nacional de Desenvolvimento. Brasília: Presidência da República, 1974.
Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF Acesso em: 3 jan. 2024.

BRASIL. Ministério do Interior. Gabinete do Ministro. Portaria nº 179, de 13 de junho de 1978. Regulamenta a operação, conservação e manutenção da infra-estrutura de irrigação, drenagem e proteção das terras compreendidas nos perímetros irrigados. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jun. 1979a.

BRASIL. Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979. Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 1979b.

BRASIL. Decreto nº 86.146, de 23 de junho de 1981. Dispõe sobre a criação do Programa Nacional para Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis - PROVÁRZEAS NACIONAL. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 de jun. 1981. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86146-23-junho-1981-435419-norma-pe.html> Acesso em: 3 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 agos. 1981b. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6938-31-agosto-1981-366135-normaactualizada-pl.pdf> Acessado em: 03 jan. 2024.

BRASIL. Decreto nº 86.912, de 10 de Fevereiro de 1982. Institui Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação - PROFIR, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 de fev. 1982. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86912-10-fevereiro-1982-436683-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 3 jan. 2024.

BRASIL. PROVÁRZEAS nacional. Brasília: Ministério da Agricultura, 1983.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira; BIZ, Játima Bilésimo; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. A trajetória de modernização da cultura do arroz no município de Turvo – Santa Catarina, Brasil. *Agroalimentaria*, Universidad de los Andes, vol. 22, núm. 43, pp. 135-150, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1992/199251019009/html/>
Acesso em: 18 jan. 2024.

DESLAURIERS, J. P; KÉRISIT, M. **O delineamento de pesquisa qualitativa.** In.: POUPART, J. et. al (Org.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008.

FURTADO, Celso. Obstáculos políticos ao crescimento econômico. In: FERNANDES, Florestan (org.). **Comunidade e sociedade no Brasil: Leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil.** São Paulo: Editora Nacional, 1975.

FURTADO, Celso. **Criatividade dependência: na civilização industrial.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, Celso. **Brasil: a construção interrompida.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GRISA, Catia. Diferentes olhares na análise de políticas públicas: considerações sobre o papel do Estado, das instituições, das ideias e dos atores sociais. *Sociedade e desenvolvimento rural* on line – v.4, n. 1 – Jun – 2010. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/369005/mod_resource/content/1/C%C3%A1tia%20Grisa.pdf Acesso em 15 jan.2024.

HIRSCHMAN, A. O. **A economia como ciência moral e política.** São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1986.

Instituto de economia agrícola. Situação da agricultura. Março de 1981. Disponível em:
<http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/IE/1981/sit-0481.pdf> Acesso em 10 jan de 2024.

MARTINS, José de Souza. **A modernidade do “passado” no meio rural.** In: O mundo rural no Brasil do século XXI. Brasília: Embrapa, 2014. p. 24-31 Disponível em:
<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/107662/1/O-MUNDO-RURAL-2014.pdf> Acesso em 20 fev. 2024.

MATIAS, Wagner Barbosa; MASCARENHAS, Fernando. As transformações da atuação do Estado e as políticas sociais contemporâneas. *Argumentum*, Vitória (ES), v. 5, n.1, p. 120-134, jan./jun. 2013. Disponível: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/4560>
Acesso em 07 fev. 2024.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **PROVÁRZEAS nacional.** Relatório de Implantações e Guia para Elaboração de Projetos de Drenagem, Irrigação e Saneamento Agrícola. Brasília: Ministério da Agricultura, 1987.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. **Proposta de execução de estudo de viabilidade técnica-econômica Projeto de Desenvolvimento Agrícola Banhado do Sombrio.** Porto Alegre: SUDESUL; ENGEVIX S.A., 1977.

MORAES, [Antonio Carlos Robert](#). Notas sobre formação territorial e políticas ambientais no Brasil. *Revista Território*, v. 4, n. 7, 1999, pp. 43-50. Disponível em:

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária.** São Paulo: Hucitec/Edu (Estudos Rurais), 1989.

MUZEKA, Danieli Cristina de Souza; ESTEVAM, Dimas de Oliveira. **A trajetória da Cooperativa de Irrigação de Jacinto Machado (COOIJAM) e as relações com as políticas nacionais de desenvolvimento regional.** In: Anais do 60º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Anais...Natal (RN) UFRN, 2022. Disponível em: [https://www.even3.com.br/anais/sober2022/485917-a-trajetoria-da-cooperativa-de-irrigacao-de-jacinto-machado-\(cooijam\)-e-as-relacoes-com-as-politicas-nacionais-de](https://www.even3.com.br/anais/sober2022/485917-a-trajetoria-da-cooperativa-de-irrigacao-de-jacinto-machado-(cooijam)-e-as-relacoes-com-as-politicas-nacionais-de). Acesso em 07 jan. 2024.

NETO, Wenceslau Gonçalves. **Política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980.** São Paulo: Hucitec, 1997.

PREBISCH, R. Dinâmica do desenvolvimento latino americano. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

PRESA, Juliana Brocca. A insustentabilidade ambiental dos modelos agrorizicultores presentes na bacia hidrográfica do rio Araranguá (1980-2017). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/198724> Acesso em 10 ago. 2023.

SILVA, José Graziano da. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SOUZA, Danieli Cristina de. Planejamento estatal e o plano de assentamento de populações na formação socioespacial do extremo sul catarinense: propostas nacionais às especificidades regionais (1976-1996). 2021. 365 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2021

SORJ, Bernardo. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1998.

VÁRZEAS: a melhor fronteira agrícola. Informe Agropecuário: EPAMIG, ESAL, UFMG, UFV. Belo Horizonte, ano 6, n. 65, maio 1980.

UNESP. Tipos de revisão de literatura. Biblioteca Prof. Paulo de Carvalho Mattos: Faculdade de Ciências Agronômicas, UNESP, Campus de Botucatu, 2015. Disponível em:
<https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf> Acesso em 13 jan.2024.